A reforma das Nações Unidas e a defesa incondicional da democracia

La reforma de las Naciones Unidas y la defensa incondicional de la democracia

United Nations Reform and the Unconditional Defense of Democracy

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo explora linha que se estende da eleição do novo SG das Nações Unidas à necessidade de reforma da Organização. Em seguida liga pontos aparentemente distantes e desconexos, como a renúncia da diplomacia em favor do uso da força, a cessão da soberania e o ataque à democracia, que mina todas as conquistas sociais, em nome do mercado e do Senhor Trump. O que resulta dessa conexão de pontos? É o que o leitor descobrirá ao final.

Resumen: *El artículo explora una línea que se extiende de la elección del nuevo SG de Naciones Unidas a la necesidad de reforma de la Organización. En seguida conecta puntos aparentemente distantes y desconectados, como la renuncia de la diplomacia en favor del uso de la fuerza, la cesión de la soberanía e el ataque a la democracia, que deshace todas las conquistas sociales en nombre del mercado y del Señor Trump. ¿Qué resulta de esa conexión de puntos? Es lo que el lector descubrirá al final.*

Abstract: *The article traces a line that extends from the election of the new UN Secretary Geral to the need of reform of the Organization. It proceeds with a linking of point that seem far away and disconnected, as for example giving up diplomacy in favor of the use of force, the cessation of sovereignty and the attack to democracy, that undoes all the social victories in the name of the market and Mr. Trump. What results of all this? The reader will find that at the end.*

Consta da agenda da AGNU para terça-feira, dia 27 de outubro, diálogo informal, às 15:00, com a Sra. Lana Nusseibeh, emiradense, a mais nova postulante ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

Lana Nusseibeh soma-se assim à lista dos 7 nomes que continuam na corrida: i) Rebeca Grynspan Mayufis; ii) Carolyn Rodrigues Birkett; iii) Rafael Mariano Grossi; iv) Macky Sall; v) Olara Otunnu; vi) Maria Fernandez Espinosa Garcés; vii) Ivonne A-Baki.

Até o presente realizaram-se 6 enquetes informais (straw polls). Como se sabe, as enquetes são realizadas no âmbito do Conselho de Segurança. A última, realizada em 16 de outubro, diferiu das 5 anteriores pelo uso de cédulas que diferenciam os votos dos 5 membros permanentes (cédulas vermelhas) daqueles dos 10 membros eleitos (cédulas brancas).

Para avançar na corrida o que importa é não ter voto contrário[1] de membro permanente. Na enquete de 16 de outubro, os três primeiros da lista acima receberam 2 votos

[1] Os termos usados nas enquetes são, respectivamente, “encorajar”, “desencorajar”, “sem opinião”. Nesse contexto, “desencorajar” equivale a voto contrário.

contrários. Os três seguintes, receberam 3 votos contrários e a última da lista recebeu 5 votos contrários.

É no quadro de impasse que surge a candidatura de Lana Nusseibeh e a necessidade de um diálogo informal com os membros do Conselho de Segurança para estimar as suas chances. Independentemente das qualidades que possa ter a Sra. Nusseibeh, a sua candidatura sinaliza enfraquecimento da candidatura natural do GRULAC, uma vez que a resistência aos nomes de Grynspan, Birkett e Grossi mantem-se até agora estável e não parece haver candidata, ou candidato, da região que possa costurar consenso.

O Conselho de Segurança encontra-se profundamente dividido, talvez como nunca antes. Durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança manteve-se polarizado. Hoje, a situação é mais complexa. Sob o Governo de Donald Trump, Reino Unido e França não se sentem compelidos a alinhar-se automaticamente com Washington. Lideranças europeias opõem-se incondicionalmente a tudo que seja vinculado à Rússia, levando ao extremo a cultura do cancelamento, ainda quando os prejuízos para eles possam ser significativos. A guerra na Ucrânia e o fechamento do Estreito de Ormuz, por outro lado, aproximou Washinton de Moscou. China, a extraordinária potência econômica, comercial e tecnológica é a que parece deter a chave para um mundo de paz e de desenvolvimento, ao contrário dos EUA que sob Trump parecem máquina futurista de guerra.

Nesse contexto, de grande desconfiança e insegurança, com objetivos muito diferentes, e às vezes opostos, como esperar consenso dos membros permanentes do Conselho de Segurança para dirigir a Organização das Nações. Unidas.

É curioso que não se tenha conseguido acordar alguém para tomar conta da Organização, por muitos vista como irrelevante. Ora, se de fato ela é irrelevante, bastaria indicar funcionário qualquer para ocupar a função diminuída de Secretário-Geral, até que se decidisse o que fazer com esse universo de cargos e funções. A demora em decidir-se por um nome, por outro lado, parece indicar que a Organização longe de ser irrelevante é absolutamente necessária para o encaminhamento de soluções complexas para a sobreposição de crises. A demora em indicar um nome seria assim justificada pela importância atribuída ao cargo de SG.

A questão detém-se em saber que Organização se quer. A Organização de 1945, todos concordam, estaria a precisar reformas urgentes para atender de maneira efetiva aos novos desafios. As propostas mais visíveis são aquelas que seguem o mantra “mais com menos”, o que reduz a questão ao aspecto financeiro, exclusivamente. Com temas urgentes e complexos, de que são exemplos as guerras em andamento; a questão de aquecimento global e as suas consequências imediatas; a perda da biodiversidade; a probabilidade cada dia mais elevada da ocorrência de pandemias; o crescimento exponencial do avanço tecnológico na área de inteligência artificial, sem o condizente avanço de sua regulamentação à luz das infinitas possibilidades descortinadas, muitas das quais estão a ameaçar a sobrevivência da espécie humana – não parece que aquele mantra aponte para o caminho da prudência e o bom senso. O mais provável é que, num cenário de enorme complexidade como esse, consiga-se o oposto, como sugerido pela máxima incontestável “menos com menos”.

Deve-se notar que em alguns casos, os que propõem “mais com menos” são plenamente conscientes do muito que a Organização fez em seus 80 anos, bem como da necessidade de, neste mundo de incertezas e ameaças de uso da força, fortalecer o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular, o que sugere uma contradição incômoda. A questão, no

entanto, tem que ser respondida: que Organização se quer? Uma Organização que responda aos desafios que perfazem o estado do mundo hoje.

Não é preciso descrever para os leitores destes Cadernos o estado do mundo. Todos conhecem o estado do mundo. O fato novo é o uso descarado da força como prioridade de governo, como declarado em dois importantes documentos do Governo Trump: a estratégia nacional de segurança[2] e a estratégias nacional de defesa[3]. Esses dois documentos representam na prática a renúncia da diplomacia em favor do uso da força. Não se trata de algo menor. Ciente de que a corrida contra a China, por conta de suas potencialidades extraordinárias, quase mágicas, é existencial, os EUA abandonam todo protocolo e convivência civilizada e abraçam métodos de puro gangsterismo, segundo os quais os fins justificam os meios, não importa quais, não importa se for preciso roubar, extorquir e assassinar grande número de pessoas. A invasão da Venezuela e o ataque contra o Irã podem entrar nessa descrição.

Os EUA deixam agências multilaterais e reduzem a contribuição mandatória de outras porque a diplomacia multilateral lhes resulta um estorvo para a corrida. O uso da força, ou a simples ameaça intimidatória, são os instrumentos preferidos para a execução de sua política exterior.

A imposição generalizada de tarifaços obedece a essa lógica de uso da força, ainda quando não há justificativa comercial ou quando a aplicação de uma tal medida possa quebrantar alianças históricas.

A vontade de domínio é uma consequência lógica do uso da força. Na América do Sul, o Governo de Donald Trump impõe a chamada Doutrina Donroe[4] com o fito de excluir da região a China. A operacionalização dessa Doutrina realiza-se por meio de coalização de Estados da região, sob o signo de um alegado escudo das Américas[5], para agir contra a interferência estrangeira no hemisfério (leia-se China), gangues criminais e carteis de drogas. O interesse dos EUA é instalar bases na região para ampliar o domínio físico. O combate ao crime organizado ou, como se diz, aos "narcoterroristas", é apenas uma distração para outros fins, entre os quais podem ser listados controle das terras raras, fontes de energia (petróleo) e água – indispensáveis para o avanço das tecnologias de ponta, bem como para a instalação de base de dados.

A cessão demandada da soberania, porque é disto que se trata, mina as bases da democracia na região. É notável, nesse contexto, como os países da região fizeram escolhas por governos de extrema direita, para os quais a democracia pode ser rifada em nome de ajustes fiscais demandados pelo mercado e por Donald Trump.

No Brasil, as conquistas sociais a partir da democratização e da Constituição de 1988 são inegáveis. O país não alcançou ainda o estado de desenvolvimento desejado. Ainda permanecem níveis de desigualdade inaceitável, gritante até. Talvez o maior exemplo de democracia aplicada tenha sido a criação do SUS, esse sistema de saúde universal, integral e

[2] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf
[3] https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-national-defense-strategy.pdf
[4] Pela qual reconhece-se a predominância norte-americana da região das Américas
[5] Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Trinidad e Tobago.

gratuito para a população de mais de 215 milhões, que alguns gostariam de privatizar para o bem de investidores que não têm interesse na saúde de pessoas de carne e osso.

Por duas vezes num período de 4 anos, a democracia no Brasil foi ameaçada e por duas vezes os eleitores a defenderam contra os ataques vindos de setores prontos a rifarem todas as conquistas sociais alcançadas em nome do empreendedorismo, palavra inventada para significar redução do Estado, que também se traduz por meio do mantra "mais com menos", ilusão que sempre resulta em "menos com menos" com menos democracia, menos direitos, menos cidadania.

E, como num passe de mágica, voltamos à pergunta: que Organização se quer? Uma Organização moderna, eficiente, ágil, que atenda aos desafios do estado do mundo hoje, i.e., uma Organização que faça muito mais que aquela de 1945, com menor recursos financeiros? "Mais com menos"? Não cairemos na mesma ilusão que promete o impossível e entrega menos, por que não há milagre que transforme o menos em mais?

Para o estado do mundo que nos toca viver, precisamos de uma Organização que reúna a todos, porque nada podemos fazer sozinhos frente aos enormes desafios que nos acometem. Precisamos de uma Organização que seja a expressão de justiça e solidariedade, porque os problemas que se acumulam têm a sua origem na injustiça de políticas desumanizantes. Precisamos de uma Organização que atenda a todos e não deixe ninguém para trás.

Que Organização será essa, que tanto se parece ao que almejam os eleitores que defenderam a democracia por duas vezes neste país?